

Tadzia Schanoski

**A participação social nas políticas públicas culturais a
partir da gestão de Gilberto Gil**

CELACC/ECA – USP

2014

Tadzia Schanoski

**A participação social nas políticas públicas culturais a partir da
gestão de Gilberto Gil**

Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos produzido sob orientação do Prof. Mestre Danilo Oliveira.

CELACC/ECA – USP

2014

Agradecimentos

Agradecer é tão bom e ao mesmo tempo tão difícil...

Começo pela minha mãe, a pessoa mais incrível e inspiradora da minha vida, sem ela jamais teria chegado a lugar algum, tão pouco teria sonhado e acreditado que posso tudo aquilo que desejar. Obrigada por me colocar nesse mundão tão enlouquecedor e tão maravilhoso, estar aqui é um prazer, e ao seu lado, imensamente melhor.

Aos meus avós, seres encantadores que não medem esforços para me fazer feliz e crescer sempre. A dedicação de vocês a mim não tem como ser escrita, medida, ou contada numa história, é algo que sinto e já enche meu coração de alegria e amor. Obrigada por serem assim, exatamente como são!

À minha tia-irmã Alessandra, que desde que me entendo por gente está aqui, do meu lado, sendo a irmã companheira e briguenta, e a tia apoiadora. Não há nada nessa vida que eu não acredite que possa contar com você, tu é porreta menina.

Ao Mateus, o tio mais carinhoso. Olho para você e penso, tá tudo certo, relaxa, olha essa paz e segue...você é exatamente assim para mim, um porto seguro alegre, que ainda traz de brinde a música, minha paixão.

À ECA USP e a todas as pessoas que fazem parte desse lugar, onde mais uma vez encerro um ciclo, de coração apertado por deixar de tê-la no meu dia a dia. Esse é o lugar mais fascinante do mundo, o lugar onde encontrei as pessoas que fazem as palavras amizade e companheirismo terem sentido, o lugar das descobertas, o lugar onde me sinto completa.

E voltando à minha paixão, a música, a fonte de inspiração desse trabalho inteiro, que embalou cada palavra, acalmou cada desespero, motivou a chutar cada bode, me fez conhecer as melhores coisas que sei e os melhores sentimentos, e me fez conhecer Gilberto Gil, o cara desse trabalho. É a essa paixão que agradeço, obrigada universo por criar essa arte. Não sei descrever o que é, o que sinto, só sei que sem ela, falta vida correndo nas veias.

Sumário

Resumo _____	04
Introdução _____	05
Participação social _____	06
Políticas culturais no governo Lula/Gil _____	12
Sistema Nacional de Cultura _____	16
Conselhos de Política Cultural _____	20
Considerações finais _____	25
Referências bibliográficas _____	28

Resumo

O presente artigo se propõe a apresentar o histórico, resultados e desafios da participação social na construção das políticas culturais a partir da gestão de Gilberto Gil. Para isso, serão utilizados discursos, artigos e entrevistas do ministro no período de sua gestão como base para se traçar um paralelo entre as políticas culturais criadas até o momento em questão e a nova fase do Ministério da Cultura, que trouxe novos conceitos, novos debates e novas políticas para o campo da cultura. Um exemplo de mudança de paradigma da gestão abordada foi a aproximação do Ministério da Cultura do dia a dia dos brasileiros, possibilitada principalmente pelo Sistema Nacional de Cultura, mais especificamente pelo Conselho Nacional de Política Cultural, políticas culturais resultantes de processos participativos e objetos de estudo deste trabalho.

Palavras-chave: Políticas públicas; participação social; Sistema Nacional de Cultura; Conselho Nacional de Política Cultural.

Resumén

El presente estudio tiene como propósito presentar el histórico, los resultados y desafíos de la participación social en la construcción de las políticas culturales a partir de la gestión de Gilberto Gil. Para ello, fueron utilizados los discursos, artículos y entrevistas con el ministro en el periodo de su gestión. Tales herramientas servirán como base de comparación entre las políticas culturales creadas hasta el momento y la nueva fase del Ministerio de la Cultura, que introdujo nuevos conceptos, debates y nuevas políticas para el campo de la cultura. Un ejemplo de rompimiento de paradigma en la gestión, fue el acercamiento del Ministerio de la Cultura al cotidiano de los brasileños. Ese hecho fue viabilizado por el Sistema Nacional de Cultura, más específicamente por el Consejo Nacional de Política Cultural, políticas culturales resultantes de procesos participativos, todos ellos son objetos de estudio de nuestro trabajo.

Palabras clave: Políticas públicas; participación social; Sistema Nacional de Cultura; Consejo Nacional de Política Cultural.

Abstract

This article has the propose presenting the historical, results and challenges of the social participation in the construction of cultural policies from the Gilberto Gil administration. For this, we will use speeches, articles and interviews of the Minister in the period of his administration as a basis to draw a parallel between cultural policies created to date in question and the new phase of the Ministry of Culture, which brought new concepts, new debates and new policies to the culture. An example of a paradigm shift in administration addressed was the approach of the Ministry of Culture of the daily life of brazilians, mostly made possible by the National Culture System, specifically the National Council for Cultural Policy, a cultural policies resulting from participatory processes and objects of study this article.

Keywords: Public policy; social participation; National Culture System; National Council for Cultural Policy.

Introdução

Gilberto Gil, artista reconhecido por sua criatividade, inovação e talento musical contribuiu para a cultura brasileira não só no campo das artes, mas talvez no local que mais precisasse de sua sensibilidade, o Estado, no Ministério da Cultura.

Com a proposta de aproximar o Ministério da Cultura do dia a dia dos brasileiros que Gilberto Gil iniciou sua gestão como ministro da cultura em 2003, resignificando os caminhos das políticas públicas culturais. Até o ministro assumir a pasta, as políticas culturais brasileiras viveram um longo período marcado segundo Antonio Rubim (2007) por tristes tradições com momentos de ausência, autoritarismo e instabilidade. A aproximação dos brasileiros resultou na possibilidade de participação social na formulação das políticas públicas, um fato inédito para o campo da cultura e para o país.

No Ministério Gilberto Gil ampliou o conceito de cultura que até então perpetuava nas políticas culturais, e criou diversas políticas que contaram, e ainda contam, com a participação social em suas formulações. Esse é um acontecimento inédito em nosso país e por esse motivo o presente artigo tem como proposta apresentar e analisar o histórico, resultados e desafios que o exercício da cidadania, da participação social na construção de políticas públicas, com mais ênfase no Conselho Nacional de Política Cultural como parte fundamental e integrante do Sistema Nacional de Cultura.

A riqueza conceitual dos discursos oficiais, artigos e entrevistas de Gilberto Gil como ministro é tão grande que expressam não só as intenções do gestor para as ações propostas para o Ministério, como também todo o aparato teórico e experimental que as embasaram. Por esse motivo, para a análise das mudanças nas políticas públicas culturais do trabalho serão utilizados trechos desses pronunciamentos como base para a revisão teórico-conceitual, a partir da bibliografia produzida sobre o tema pelos principais pesquisadores da área.

Participação social

O Brasil elegeu na Constituição de 1988 um projeto de futuro e escolhas a partir de uma série de objetivos além de direitos a serem garantidos, sendo a democracia a forma de governo adotada, esta a principal e mais importante escolha.

O art. 1º da Constituição diz que a República Federativa do Brasil *constitui-se em um Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:*

- I. a soberania;
- II. a cidadania;
- III. a dignidade da pessoa humana;
- IV. os valores do trabalho e da livre iniciativa;
- V. o pluralismo político.

A democracia torna-se uma realidade quando as pessoas assumem que a construção da sociedade depende de suas escolhas e vontades, e tal construção é feita por meio da participação de todos, ou seja, exercendo sua cidadania. Neste sentido, quanto mais participativo for o processo de elaboração da Constituição e vivência da mesma, mais essas escolhas refletirão a vontade de todos e, principalmente, serão compartilhadas por todos (TORO e WERNECK, 2007).

Viver em Estado Democrático, no qual todas as pessoas possuem os mesmos direitos significa também que o bem coletivo deve prevalecer. Essa afirmação nos faz refletir que quando são afetados os interesses e direitos fundamentais de um indivíduo ou de um grupo social, todo o conjunto da sociedade sofre consequências.

Por esse motivo pode-se afirmar que os problemas resultantes de tais situações são problemas políticos, pois afetam a convivência das pessoas e influem sobre a organização, funcionamento e os objetivos da sociedade (DALLARI, 1983, pg.20).

Ou seja, qualquer decisão sobre questões fundamentais, como por exemplo a cultura, impacta sobre todo o conjunto da sociedade, o que faz ser imprescindível considerar esse ponto em qualquer tomada de decisão no âmbito de políticas públicas.

A participação social requer que o indivíduo passe por uma tomada de consciência de seu papel na sociedade e suas responsabilidades junto a seu grupo. Da mesma forma que o indivíduo é impactado por uma decisão da sociedade, ele também a influencia, o que gera a

dinâmica da participação social. A partir dessa concepção a participação social é considerada um direito fundamental de todos os seres humanos, reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Mas o que de fato é participação social ou participação política? Essa definição, segundo Mata-Machado ainda é um desafio teórico, ainda em elaboração e consolidação, pois

A definição clara de um conceito é importante não só em função de sua comunicabilidade, ou seja, para que interlocutores saibam de que estão falando, mas também de sua operacionalidade, isto é, para que possa ser colocado em prática (MATA-MACHADO, In: RUBIM, FERNANDES e RUBIM, 2011, pg.261).

Mas o autor conclui, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Recomendações sobre Participação dos Povos na Vida Cultural (1976), da Declaração do México sobre as Políticas Culturais (1983), e do Pacto Internacional de Direito Econômicos, Sociais e Culturais (1992), que a participação política – ou social – pode ser definida como

(...) uma ação coletiva dos atores sociais (indivíduos, grupos, comunidades, organizações, classes e movimentos sociais) cujo objetivo é influir nas decisões governamentais através da representação direta de interesses, materiais e ideais, em instâncias deliberativas do poder público (MATA-MACHADO, In: RUBIM, FERNANDES e RUBIM, 2011, pg.263).

O Brasil teve ao longo de sua história muitos anos de regimes autoritários e ou excludentes, mas com a Constituição de 1988 e governos subsequentes mudanças significativas e crescentes no que diz respeito à participação social e democrática ocorreram, colocando em prática aquilo que se considerada a garantia de um direito como esse.

Não faz sentido, portanto, que um país que adota a democracia como uma forma de governar seu Estado não possibilite que seus cidadãos participem ativamente das decisões políticas, não restringindo esta participação social apenas ao ato de eleger seus representantes. Dessa forma, uma maneira de possibilitar que isso ocorra na prática é por meio da participação da sociedade na formulação e realização das políticas públicas.

Com a eleição de Lula como presidente da república, a questão da participação social se tornou ponto central. Como ele mesmo afirmou em entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo em 26 de agosto de 2010: a participação social deixou de ser um adereço da democracia para ser um método de gestão do governo brasileiro.

Essa frase é uma conclusão daquilo que o ex-presidente ao longo de dois mandatos buscou realizar como uma prática de união entre Estado e sociedade civil, agindo por um objetivo comum e democrático no Brasil. Isso se deu por meio de práticas participativas na elaboração e gestão das políticas das mais diversas áreas, como na cultural que será apresentada a seguir.

Políticas públicas culturais

Dentro desse contexto de realização de um plano de governo, mais participativo de “Mudança” como palavra-chave do governo Lula, é convidado para ser ministro da cultura Gilberto Gil, que trouxe ao Ministério da Cultura a “Mudança” e a “Participação Social” como elementos fundamentais e marcantes de sua gestão.

Gilberto Gil inicia seu discurso de posse com a seguinte frase:

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva foi a mais eloquente manifestação da nação brasileira pela necessidade e pela urgência de mudança. Não por uma mudança superficial ou meramente tática no xadrez de nossas possibilidades nacionais. Mas por uma mudança estratégica e essencial, que mergulhe fundo no corpo e no espírito do país. (ALMEIDA, ALBERNAZ, SIQUEIRA, 2013, p.229).

Assim como Lula, Gilberto Gil é um homem do povo, negro, artista, e sonha com a transformação do país, e assume o Ministério com a tarefa central de aproximar o MinC do dia a dia dos brasileiros, considerado o oposto daquilo que até então estava sendo o Ministério.

Antes de se fazer uma apresentação e análise das políticas públicas culturais desenvolvidas na gestão de Gilberto Gil é preciso resgatar alguns pontos históricos fundamentais para se compreender o que de fato o ministro mudou, pontos estes que datam não apenas do governo anterior do presidente Fernando Henrique Cardoso e ministro da cultura Francisco Weffort, mas sim, de todo o século XX.

Para Antonio Rubim (2007, p.101) a história das políticas culturais do Estado nacional brasileiro pode ser considerada pelo acionamento de expressões como: ausência, autoritarismo e instabilidade, e ainda acrescenta em outro artigo as expressões

descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios (2007, p.11). Fica claro, portanto, apenas com essas expressões, que o campo da cultura pensado institucionalmente no Brasil sempre foi um desafio, que a história das políticas culturais do Brasil mostra que a área sempre dançou conforme a música que a política de Estado tocava para os demais campos.

Até os anos de 1930 não houve nenhuma ação que de fato pudesse ser chamada de política pública cultural, por isso o termo ausência.

Mas os anos 30 do século XX trouxeram alterações políticas, econômicas e culturais significativas. A velha república encontrava-se em ruína (...) Neste contexto de mudança societária, ainda que plena de limitações, dois experimentos, praticamente simultâneos, inauguram as políticas culturais no Brasil. (...) Tais experimentos são: a passagem de Mario de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935 – 1938) e a implantação do Ministérios da Educação e Saúde, em 1930, e mais especificamente da presença de Gustavo Campanema, à frente deste ministério de 1934 até 1945 (RUBIM, In: RUBIM e BARBALHO, 2007, pg.14-15).

Neste período, o Estado pela primeira vez realizou um conjunto de ações voltadas para a cultura, que apesar de qualquer crítica negativa que possa ser feita, foram políticas culturais. Tais políticas implantadas valorizavam o nacionalismo e brasilidade, assim como todas as demais ações, independente da área, que o Estado promoveu, que buscavam exaltar a harmonia entre as classes sociais, os trabalhadores e o povo mestiço brasileiro. Foram criadas importantes instituições como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Conselho Nacional de Cultura, que será apresentado com mais profundidade no decorrer do trabalho.

No entanto, o modelo de gestão formulado na era de Getúlio Vargas e Gustavo Campanema cria uma nova triste tradição no país: a forte relação entre governos autoritários e políticas culturais. Ela irá marcar de modo substantivo e problemático a história brasileira das políticas culturais nacionais (RUBIM, In: RUBIM e BARBALHO, 2007, pg.18). Um exemplo dessa afirmação é a de que durante todo o período democrático que o país viveu, de 1945 a 1964, qualquer acontecimento ou desenvolvimento cultural que tenha ocorrido, nenhuma relação tinha com políticas públicas culturais do Estado. A exceção mais significativa dessa constatação foi a criação do Ministério de Educação e Cultura.

Mas é no novo período autoritário que o Brasil viveu após a proclamação da república que as políticas culturais promovidas pelo Estado serão retomadas. A ditadura militar (1964-1988) em um primeiro momento investiu na indústria cultural, fomentando a produção

cultural em larga escala e midiaticizada, além do apoio à produção de filmes, que exaltavam o caráter nacionalista brasileiro, seguindo a política de segurança nacional. Neste período é criado um novo Conselho de cultura - o Conselho Federal de Cultura - e inúmeros outros órgãos como a FUNARTE. Percebe-se que as políticas culturais do período visavam além do fomento à produção, uma produção que justificasse e reforçasse os objetivos do regime, excluindo a preocupação com o que era cultura, entendida apenas como produtos culturais. Este cenário muda no período de declínio do regime militar, com a figura de Aloísio Magalhães no ministério, quando algumas ações passaram a receber atenção, como a concepção “antropológica” de cultura, o saber popular, o artesanato e as tecnologias tradicionais que apresentaram uma possível renovação do que poderiam ser as políticas culturais.

Com o final da ditadura militar e as mudanças estimuladas por Aloísio Magalhães, é iniciada uma pressão por parte de secretários estaduais e setores artísticos para a criação de um Ministério de Cultura independente, uma vez que esse havia sido extinto no período do regime autoritário. Esta ida e vinda de órgãos aos quais a cultura esteve subordinada denota a falta de maturidade e entendimento que o Estado sempre teve em relação à cultura, o que também reflete as políticas culturais existentes, pouco democráticas e representativas.

Foram precisos mais 32 anos para a independência e autonomia da cultura em um ministério específico (1985). Sua implantação foi deveras complicada. (...) A sua problemática implantação nos governos Sarney, Collor e Itamar é um dos exemplos mais contundentes desta tradição de instabilidade da área cultural: criado em 1985; desmantelado por Collor e transformado em secretaria em 1990; novamente recriado em 1993 por Itamar Franco (RUBIM, 2008, pg. 191).

A instabilidade da criação e extinção do órgão foi superada em 1993, no entanto, as políticas culturais ainda estavam longe de serem representativas do povo brasileiro e tão pouco institucionalizadas. Na gestão de José Sarney foi criada a primeira lei de incentivo, a Lei Sarney, inaugurando a era das leis de incentivo que subordinaram a cultura ao financiamento de projetos a partir da renúncia fiscal.

A Lei Sarney foi extinta após diversas críticas e problemas gerados, porém foi criada uma nova na gestão de Collor, a famosa e ainda vigente Lei Rouanet (1991). Portanto, apesar de ganhar um órgão específico para a área, a cultura dentro do governo federal foi submetida à lógica neoliberalista do “estado mínimo”.

Ou seja, a intervenção estatal no sentido de democratizar a cultura é diminuída em favor do mercado, que passa a definir para onde os recursos privados serão encaminhados. Entramos na fase dos incentivos fiscais (Lei Sarney e Lei Rouanet), que têm por objetivo atrair investimentos de empresas privadas para a área da cultura, oferecendo como contrapartida deduções no Imposto de Renda devido (GRUMAN, 2010, p.1).

Rubim (2007) classifica o período como o da instabilidade: a instabilidade não decorre tão somente da mudança quase anual dos responsáveis pela cultura. Collor, no primeiro e tumultuado experimento neoliberal no país, acaba com o Ministério, reduz a cultura a uma secretaria, e extingue inúmeros órgãos como a Funarte (RUBIN, 2007, p.108). E é em sua gestão que a lógica mercadológica parece reger sem disfarces a cultura no Brasil: mercado é a palavra que irá substituir o Estado, classificado como sendo ineficiente e corrupto. As leis de incentivo surgem, portanto como uma salvação a esse Estado classificado como ineficiente, sem recursos suficientes para investir em políticas públicas, que entrega o poder de decisão e investimento para as empresas, uma “salvação” para a cultura no Brasil.

O governo de Fernando Henrique Cardoso coloca como ele mesmo define um ponto final na transição dos modelos econômicos e políticos do Estado, e implanta de modo enfático o projeto neoliberal no Brasil. Portanto, com a cultura não seria diferente, as leis de incentivo se tornaram o carro-chefe da política cultural brasileira, que recebeu poucos investimentos tanto financeiros quanto de pesquisas ou avanços democráticos. De fato a cultura para o governo FHC era “um bom negócio”, como dizia o título de uma das poucas publicações do ministério na época.

Para se ter uma ideia o número de empresas que passaram a usar as leis de incentivo saltaram de 72 antes da posse de FHC para 1.133 ao final de seu primeiro mandato (1997). E assim, cada vez mais as empresas passaram a ver na cultura um ótimo lugar para destinar recursos que seriam pagos ao governo e ainda reverter em imagem e marketing. A consequência de tal lógica é que o financiamento de projetos culturais se torna a política pública de cultura.

Portanto a lei permite que o setor privado decida onde esses recursos serão investidos. (...) O que ocorre com mais frequência é a concessão de patrocínio a projetos que tenham forte apelo comercial, ou seja, os que permitam que a empresa patrocinadora os utilize como marketing cultural. O resultado desse processo é que passa a caber à iniciativa privada a decisão sobre grande parcela da produção cultural do país. A decisão é privada, mas o dinheiro que financia os projetos é, na verdade, público (GRUMAN, 2010, p.5).

Lia Calabre complementa o cenário:

Um pequeno grupo de produtores e artistas renomados são os que mais conseguem obter patrocínio. Por outro lado grande parte desse patrocínio se mantém concentrado nas capitais da região sudeste. As áreas que fornecem aos seus patrocinadores pouco retorno de marketing são preteridas, criando também um processo de investimento desigual entre as diversas áreas artístico-culturais, mesmo nos grandes centros urbanos. Essa foi a conjuntura herdada pelo Ministro Gilberto Gil, no governo do Presidente Lula (CALABRE, In: RUBIN e BARBALHO, 2007, p. 95-96).

Esse pequeno resgate das políticas culturais do período de redemocratização do país demonstra o cenário que Gilberto Gil encontrou e o quanto suas intervenções apresentaram-se como uma esperança de mudança e melhoria para a cultura.

Políticas culturais no governo Lula / Gil

Após todas as situações às quais a cultura e o Ministério da Cultura estavam submetidos, em seu discurso de posse de Gilberto Gil apresenta aquilo que o Ministério será para ele e sua gestão:

Assumo, como uma das minhas tarefas centrais, aqui, tirar o Ministério da Cultura da distância em que ele se encontra hoje, do dia a dia dos brasileiros.

Que quero o ministério presente em todos os cantos e recantos de nosso país. Que quero que esta aqui seja a casa de todos os que pensam e fazem o Brasil. Que seja, realmente, a casa da cultura brasileira. (...)

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas sim, proporcionar condições necessários para a criação e a produção de bens culturais(...). Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. (ALMEIDA, ALBERNAZ, SIQUEIRA, 2013, p. 229-230).

No mesmo discurso, Gilberto Gil já apresenta o conceito daquilo que se entende por cultura talvez seja o primeiro e mais importante passo que Gilberto Gil tenha dado à frente da pasta:

E o que eu entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta “classe artística intelectual”. (...) Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra “folclore”. Os vínculos entre o conceito erudito de “folclore” e a discriminação cultural são mais do que estreitos. (...) não existe “folclore” – o que existe é cultura. (...). Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos. (ALMEIDA, ALBERNAZ, SIQUEIRA, 2013, p.229-230).

Diante dessa afirmação podemos compreender que o novo ministro ampliou o conceito até então defendido. Gil trouxe para o Ministério o conceito de cultura para além do mercado, cultura é todo o modo de vida - *todos os aspectos que a revelem e expressem, para que possamos tecer o fio que os unem*.

Já afirmava Raymond Williams em 1958 que um fato primordial é que a cultura é de todos, que toda a sociedade humana possui seus propósitos e significados próprios, e o desenvolvimento dessas sociedades se dá por meio de um debate vivo e ativo buscado inovações e consolidação de experiências. O texto *A Cultura é de Todos* (WILLIAMS, 1958) mostra que a cultura de fato é a nossa vida, como tecemos nossas relações, narrando todo o cotidiano do jovem autor dizendo não concordar que cultura fosse apenas para intelectuais, da universidade, ou manifestações das belas artes, mas todo o modo de vida, relato de quem viveu no campo e na cidade. Raymond Williams é um dos principais autores da vertente dos Estudos Culturais, que defende o conceito mais ampliado de cultura, como hoje defendemos. O autor inglês e crítico literário dedicou sua pesquisa a trazer à cultural o pensamento marxista, assim como experiências de sua vida desde a infância, possibilitando uma riqueza e veracidade de resultados. Para ele, o estudo da cultura é indissociavelmente imbricado à política e à cultura (RIDENTI, 2001, pg.151).

Gil em um discurso mais descontraído, na Bienal de Cultura da UNE, em fevereiro de 2003, conta também a partir de sua experiência de vida o conceito de cultura foi formado para ele.

Entre essas pessoas que me convidaram para os shows, havia muitos estudantes universitários, todos interessados em cultura popular. Eles me apresentaram músicas e mais músicas: cirandas e cocos, por exemplo. E me levaram para Caruaru, onde tive uma das experiências estéticas mais importantes da minha vida, ao ouvir a Banda de Pífanos daquela cidade. Chorei quando tocaram “Pipoca Moderna”. Aquilo tinha uma aparência de rústico, de primário, mas era, na verdade, altamente sofisticado. (...) aquela composição radicalmente nordestina me fez entender de fato, e pela primeira vez, o “primitivismo” moderno e complexo que soava no ritmo seguro das guitarras do rock and roll. Ou seja: a cultura popular pernambucana me ensinou a amar os Beatles (ALMEIDA, ALBERNAZ, SIQUEIRA, 2013, p.235).

É interessante notar que tanto para Williams quanto para Gil a experiência, vida, o modo de viver é que mostram o que é cultura, sua amplitude e sua magia, e pensar políticas culturais a partir dessa perspectiva ampliou as possibilidades de um Estado estimulador da identidade e diversidade cultural. Neste sentido, Gilberto Gil afirma em seu discurso:

Tenho, então, de fazer uma ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável no sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também produzir cultura. (...)

Daí que a política cultural desse ministério, a política cultural do governo Lula, a partir desse momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso país. Como parte do projeto geral da construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante. Como parte e essência de um projeto consistente e criativo de radicalidade social. Como parte e essência da construção de um Brasil de todos. (ALMEIDA, ALBERNAZ, SIQUEIRA, 2013, p.231-232).

Nesse contexto, a partir de 2003, as políticas públicas de cultura partem do princípio de que a cultura possui três dimensões: a simbólica, a econômica e a cidadã.

No Plano Nacional de Cultura, elaborado no período em questão e aprovado na gestão de Juca Ferreira, traz logo nas primeiras páginas aquilo que se entende por fundamental para a cultura, para sua conceituação, suas dimensões.

A dimensão simbólica está diretamente ligada à abordagem mais antropológica de cultura, e nas políticas culturais do Ministério significa “cultivar” as infinitas possibilidades de criação simbólicas expressas nos modos de vida, práticas e identidades de um povo. Nesse sentido entende-se que a diversidade da cultura brasileira é vasta e deve ser preservada, valorizada, assim como estimulada a se manifestar nas mais diversas formas.

Tal dimensão também está presente nos discursos de Gil, como no pronunciamento feito na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados em 14 de maio de 2003:

O modo como as nossas cidades foram desenhadas e construídas, o artesanato nordestino como base de um novo desenho industrial brasileiro, o conhecimento íntimo que os caboclos detêm acerca das riquezas amazônicas, a ousadia de Santos-Dumont com seu 14-Bis, a explosão do rap em meio aos jovens das favelas e subúrbios brasileiros, nossas diversidades técnicas culinárias, a criação do Parque Nacional do Xingu, os nossos modos de participar da teia nervosa da internet, os desdobramentos do forró e da música caipira, os terreiros de candomblé (...) a nossa disposição para criar e recriar – tudo isso nos interessa, tudo isso nos diz respeito, tudo isso exige de nós o nosso olhar sensível. (ALMEIDA, ALBERNAZ, SIQUEIRA, 2013, p.246-247).

Já a dimensão econômica entende que a cultura também tem sua parcela de impacto na economia de um país, assim como precisa de recursos para ser financiada e realizada. Dessa forma, apoiada nas demais dimensões, a econômica deve eliminar as concentrações de recursos apenas para o financiamento advindo do mecenato, por exemplo, e fomentar ações culturais em todo o território nacional de modo a movimentar a economia como um todo,

dado seu poder de impactar os demais setores da economia como turismo, infraestrutura, novos empregos e empreendedorismo.

Retomando seu discurso de posse, Gil mostra o panorama que comentamos acima relacionado às novas propostas de sua gestão afirmando que o Estado não pode ser omissivo e tirar de seus ombros a responsabilidade de reformulação de políticas públicas, apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais, que para ele é entregar aos ventos, sabores e caprichos do deus-mercado. Dessa forma, sua gestão não permitiria mais que o Estado fosse apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial.

Para se traçar um diagnóstico real das políticas culturais no país Gil e Juca investiram em parceria com o IBGE (2007) em um levantamento de dados. Os resultados foram reveladores e reforçaram tal cenário que as leis de incentivo instauraram no país, e também presentes na publicação sobre o Plano Nacional de Cultura: apenas 8,7% dos municípios brasileiros possuem salas de cinema; a região Sudeste concentra 89% dos recursos das leis de incentivo; toda a região Norte possui apenas 46 salas de teatro; 75% dos municípios brasileiros não possuem centros culturais multiuso; e o Acre concentra 14% dos grupos artísticos de circo do Brasil e representa 9% das escolas de circenses, já Tocantins possui 0.

Juca em seu discurso de posse conclui: Por isso, o Ministério da Cultura não pode contribuir para o desenvolvimento cultural sem ter uma dimensão de inclusão, de disponibilização de acesso e de incorporação desses milhões de brasileiros que nunca entraram em um museu (ALMEIDA, ALBERNAZ, SIQUEIRA, 2013, p.485).

A dimensão cidadã por sua vez esta ligada ao acesso da população às políticas culturais, manifestações artísticas e expressões simbólicas da cultura. A partir dessa concepção de cultura o Ministério busca que a população esteja presente de fato no desenho das políticas e usufrua de seus resultados, como sendo parte de sua vida e identidade. No discurso realizado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, Gil confirma tal dimensão:

Mas a verdade é que ainda não somos uma nação por inteiro. Ainda não completamos a tarefa da construção nacional, no sentido maior que a expressão implica. O motivo, todos sabem. A cidadania não chegou para todos. As leis não vigoram para todos. (...) Fica claro, então, por que falamos de cultura como espaço de realização da cidadania. (ALMEIDA, ALBERNAZ, SIQUEIRA, 2013, p.248).

Além disso, a dimensão cidadã é aquela que mais se aproxima do conceito de participação social nas políticas públicas, defendida por Lula em sua gestão. O novo Ministério da Cultura dentro desse projeto de mudança do governo brasileiro encontra da dimensão cidadã a maneira de colocar em prática tal participação. O Conselho Nacional de Política Cultural é uma das ações em curso que exemplificam na prática essa dimensão, cujos detalhes serão abordados mais adiante no trabalho.

Em termos práticos, os pronunciamentos dos ministros e dados mostram, portanto, que as novas gestões trouxeram preocupações e políticas culturais diferenciadas. Essa nova disposição constitucional, combinada com a ampliação do conceito de cultura passou a exigir a construção de um aparato institucional mais robusto do que o existente até então na área da política cultural. Nessa perspectiva em 2003 o ministro Gilberto Gil propôs a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) (HOLLANDA, In: MinC, 2011, p.13), instituído pelo Decreto nº 5.520 de 24 de agosto de 2005 e aprovado em 12 de setembro de 2012 pelo Senado Federal. Com isso, o SNC passa a integrar a Constituição Federal de 1988 no Art. 216 – A.

Sistema Nacional de Cultura

O SNC nasce com o intuito de organizar as políticas públicas culturais a partir de um mesmo propósito para um mesmo resultado, como síntese de conhecimentos acumulados das três esferas federativas (federal, estadual e municipal) e sociedade civil. A grande contribuição para o desenvolvimento das políticas públicas culturais é que o SNC passa a ser o principal instrumento de institucionalização da cultura, pensado de forma participativa, planejada e estratégica.

Segundo João Roberto Peixe, ex-secretário de Articulação Institucional do MinC, o SNC é um instrumento eficaz para responder aos grandes desafios do campo da cultura: assegurar a continuidade das políticas públicas do Estado para a cultura com um nível elevado de participação social, e viabilizar recursos humanos e financeiros para todo o país visando seu desenvolvimento e da cultura.

Assim como a área da Saúde e da Assistência Social, que possuem arranjos muito complexos de atuação, envolvendo as três esferas federativas e a sociedade, a Cultura precisa organizar sistemicamente suas políticas e recursos, por meio de articulação e pactuação das relações intergovernamentais, com instâncias de participação da sociedade, de forma a dar um formato político-administrativo mais estável e resistente às alternâncias de poder. (PEIXE, In: MinC, 2011, p.26).

Com isso, podemos entender que o SNC traz para a cultura a ideia de uma visão e atuação sistêmica no sentido de que as diversas partes (estados, distritos e municípios) são integradas no todo (nacional), assumindo responsabilidades e interdependência, e promovendo assim resultados mais expressivos e seus impactos analisados. Nesse sentido, Adélia Cristina Zimbião da Silva (2012) acredita que as relações intergovernamentais são um dos grandes desafios das políticas culturais, uma vez que devem garantir e contrabalancear o exercício dos direitos culturais e as ações públicas com o modelo tripartite de federalismo adotado pelo Brasil.

Marta Arretche (2010, apud SILVA, 2012) nesse sentido observa que mesmo que haja certa autonomia dos governos estaduais e municipais, existe um esforço de se constituir um Estado-nacional brasileiro, na intenção de possibilitar um maior equilíbrio entre estados mais ricos e mais pobres, e possui poder regulatório e de gastos. Dessa forma, prioridades políticas estaduais e municipais podem ser afetadas pelas políticas de repasse de recursos e execução de políticas públicas, já que estão submetidas à uma legislação nacional. A autora acredita que nesse formato de federalismo existe uma maior possibilidade de garantir que haja uma unidade de objetivos nas políticas públicas, com mecanismos institucionais para atuarem na direção da diminuição das desigualdades.

A proposta do SNC entra nesse contexto como uma mudança significativa no que diz respeito à institucionalização de políticas culturais para além do financiamento, principalmente no âmbito federal, pois garante que a política pública não seja substituída a cada gestão, deixando de ser algo criado com interesse partidários ou pessoais para ser algo de fato público e que visa a garantia dos direitos humanos, sociais e, principalmente, culturais. Adélia (2012) destaca que o SNC é um arranjo institucional que possibilita articulação e pactuação das relações intergovernamentais, com instâncias de participação e controle social, de modo a viabilizar a implementação de políticas culturais em todo o território nacional.

O objetivo do SNC é: formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, promovendo o

desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais (MINC, 2011, p.42). O modelo de gestão do SNC é o de Gestão Compartilhada, composto por Federação, Estados e Municípios, que respeitam leis, normas e procedimentos. Ou seja, para que um município adira ao SNC é preciso que seu estado faça parte desse sistema. A partir dessa definição, o SNC pode ser considerado também um exemplo daquilo que Arretche defende como modelo de federalismo brasileiro com esforços para a construção de um Estado-nacional brasileiro. No caso, a autoridade central (federação) é responsável pela formulação e regulamentação da política, e a execução compartilhada pelas unidades subnacionais (estados e municípios).

Observa-se, portanto, que o arranjo institucional intergovernamental projetado na proposta do SNC contempla a descentralização de políticas públicas a estados e municípios, de forma regulamentada e sob supervisão do governo federal. Esse aspecto é reforçado pelos instrumentos de gestão previstos para todos os entes federados que aderirem ao SNC. (SILVA, 2012, p. 21).

Nesse sentido, a estrutura do SNC é a de que cada uma das três esferas de Governo participantes tenha seus sistemas de cultura próprio, que possui três elementos básicos estruturais: plano, fundo e conselho.

Plano de Cultura: os planos são elaborados pelos conselhos com base nas diretrizes definidas nas Conferências de Cultura. Com o intuito de planejar as políticas, programas e ações com objetivos e metas a serem alcançados em um período de 10 anos, sempre visando a proteção e promoção da diversidade cultural e direitos ao acesso à produção cultural. Os planos ao serem elaborados para um prazo de 10 anos contribuem para que a política pública se institucionalize e seja perene. Os planos para entrarem em vigor precisam ser aprovados pelos respectivos poderes legislativos do ente federado.

Fundo de Cultura: os recursos para a execução dos programas, projetos e ações criados nos planos de cultura são oriundos dos fundos de cultura. O repasse é feito do fundo nacional aos estaduais e deles para os municipais de acordo com critérios específicos.

Conselhos e Política Cultural: são instâncias colegiadas de caráter consultivo e deliberativo, nas quais pelo menos 50% dos integrantes devem ser representantes da sociedade civil, eleitos democraticamente. A principal finalidade dos conselhos é discutir e formular as estratégias e diretrizes que orientarão os planos de cultura da parte integrante do sistema (SNC), assim como controlar a execução dos programas e ações a fim de garantir a realização daquilo que se foi deliberado em Conferência. Além disso, os conselhos têm

como competência aprovar as diretrizes dos fundos de cultura, manifestar-se sobre a aplicação dos recursos recebidos ou transferidos, e fiscalizar a aplicação dos mesmos.

As decisões dos conselhos são tomadas nas Conferências de Cultura, espaços de participação social com a articulação do Estado e sociedade civil, com constituição paritária dessas duas representações e eleições a partir do esquema abaixo:

Figura 1 – Fluxo de eleição dos Conselhos de Cultura



Fonte: Ministério da Cultura (MINC, 2011, p. 47).

As Conferências Nacionais, momento em que os representantes de todos os conselhos de todas as três esferas federativas se encontram para discutirem as diretrizes para as futuras ações no campo da política cultural do país, ocorrem a cada 4 anos e são organizadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

Os conselhos, em especial o CNPC, tiveram papel fundamental na elaboração do SNC, pois envolveu representantes de todo país, sociedade civil e consultores convidados, e aprovou o texto para ser apresentado à Câmara e Senado, podendo ser considerado um bom exemplo de participação social na formulação e acompanhamento das políticas públicas.

Cabe ressaltar que o SNC não prevê somente os conselhos (nacional, estadual e municipal) como instância de articulação e deliberação das políticas públicas culturais. Estão previstos ainda: os Conselhos Setoriais, que se dedicam a formular políticas específicas para setores como patrimônio, museus e bibliotecas; as Comissões de Fomento e Incentivo à Cultura, que analisam e deliberam sobre as propostas culturais que desejam receber recursos dos fundos ou por incentivos fiscais; e a Comissão Intergestores Tripartite, um espaço de

articulação entre os gestores das três esferas federativas para viabilizar a implementação do SNC.

De modo geral estes são os elementos principais do SNC, mas para o presente trabalho o que mais interessa é compreender a importância dos conselhos nesse novo modelo de formulação e execução das políticas públicas culturais, como sendo um exemplo de participação social e política no campo da cultura.

Conselhos de Política Cultural

Os conselhos criados no âmbito do SNC apresentam-se como um passo significativo para o desenvolvimento da participação social nas questões relativas à política cultural no Brasil, embora todos os elementos constituintes do SNC sejam de igual e fundamental importância. Os conselhos chamam a atenção por compor um quadro que visa a institucionalização da cultura e serem primordiais para o cumprimento de todas as exigências de adesão do município ou estado ao SNC. Torna-se importante por ser um elemento necessário e que pressupõe que haja a participação ativa da sociedade civil para elaboração de políticas públicas, um fato inédito no Brasil, por isso a escolha de se abordar tal ponto no presente artigo.

De acordo com Alexandre Barbalho (2011, p.250) os conselhos de política cultural podem ser considerados instrumentos de governança, interação entre o poder público e sociedade civil com o intuito de participação popular, de ampliação de discursos e discussões, de mediação de conflitos de interesses e de tomadas de decisões da “política” ou da governabilidade. Para Calare (RUBIM e BARBALHO, 2011, p.294) os conselhos têm um importante papel dentro do quadro de consolidação de modelos democráticos e participativos no Brasil, cenário e contexto este que abordamos anteriormente a respeito da atenção dada à participação social na gestão de Lula e Gilberto Gil. Mas Barbalho também reflete e pondera sobre tal espaço de participação no Brasil, é importante observar que os conselhos não estão imunes aos valores vigentes e hegemônicos na cultura política na qual estão inseridos (RUBIM e BARBALHO, 2011, p.250).

Nesse sentido, vale destacar o caráter diferenciado dos atuais conselhos de política cultural, que ao contrário do que muitos acreditam, o Conselho Nacional de Política Cultural não foi o primeiro conselho criado para a área cultural no Brasil, o que o diferencia dos demais é seu caráter democrático, representativo e de fato participativo.

Em 1938 foi criado um conselho técnico para a cultura, efetivado somente em 1960, o Conselho Nacional de Cultura (CNC), composto por pessoas da cultura “notoriamente consagrados” aos problemas culturais (CALABRE, 2009). O objetivo do CNC era elaborar as políticas de Estado para a área cultural. De acordo com a lei que o regulamentou, o CNC era composto por técnicos, especialistas da área, que por sua vez eram escolhidos pelo presidente da República. Além de diretores de órgãos de cultura, o conselho teve a colaboração de intelectuais, que discutiram as ações planejadas com empresários e trabalhadores. Não cabe neste momento discutir a respeito dos conceitos envolvidos e impactos que tais ações geraram para a cultura e sociedade, mas é interessante observar que o que se entendia por cultura era bastante “abrangente”, o que influencia na composição e atribuições do CNC:

As atribuições do conselho abarcariam as áreas clássicas das artes, os meios de comunicação de massa, a produção intelectual, a educação cívica e física, inclusive as atividades de lazer, além da proposição de pesquisas e estudos para subsidiar a elaboração de políticas. (CALABRE, 2009, p.43)

A partir de 1961 foram criados conselhos com os mesmos conceitos e atribuições do CNC em nível municipal e estadual.

Em 1966, em substituição ao CNC, foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), que compreendia quatro câmaras: artes, letras, ciências humanas, patrimônio histórico e artístico nacional; e uma quinta câmara de legislação e normas. Em relação à sua composição o Decreto – Lei nº74 definia que os conselheiros deveriam ser “notáveis” da área, ou seja, composto por personalidades de destaque na vida intelectual e artística.

Nesse modelo, a cultura é vista como um campo regido por leis próprias, acessíveis a um pequeno número de indivíduos, que por méritos próprios ou por força do destino teriam sido revestidos de um *status* e uma aura que as pessoas ditas comuns não têm (MATA-MACHADO, In: RUBIM e BARBALHO, 2011, p.231).

Em 1967, o CFC era composto por Adonias Filho, Afonso Arinos, Ariano Suassuna, Arthur César Ferreira Reis, Cassiano Ricardo, Clarival do Prado Valladares, Djacir Lima Menezes, Gilberto Freyre, Helio Viana, João Guimarães Rosa, José Cândido de Andrade

Muricy, Raquel de Queiroz, Roberto Burle Marx, entre outros – todos intelectuais com projeção e reconhecimento nacional e internacional (CALABRE, 2009, p.68).

O CFC tinha como princípio norteador de suas ações a institucionalização da cultura na administração pública, e como primeira atribuição a formulação de políticas culturais dentro de limites estipulados pela legislação federal, na época, a ditadura militar. Tinha como função também assessorar o ministro da Educação e Cultura por meio de pareceres e recomendações.

Destaca-se como política proposta pelo CFC o Plano Nacional de Cultura, considerado por ele a única forma de garantir recursos financeiros para a área a longo prazo, além de diretrizes orientadoras para ações do Estado. Na década de 1970 o CFC passou a ter caráter apenas consultivo e normativo, quando o Plano Nacional de Cultura se tornou inviável dentro daquilo que se propunha, pois o CFC deveria propor apenas diretrizes para políticas públicas, que se aprovadas pelo presidente da República se desdobrariam em programas e projetos apenas.

Vale destacar que o CFC defendia a criação de secretarias e conselhos estaduais e municipais de cultura. No período entre 1950 e 1980 foram criados 28 conselhos municipais de acordo com o levantamento feito pelo IBGE em 2006, número este bastante baixo se comparados aos que veremos mais adiante sobre a atualidade.

Embora como visto anteriormente que a partir da década de 1980 a cultura tenha sofrido diversas mudanças no âmbito federal, os conselhos municipais continuaram a se articular, muito influenciados pelas mobilizações sociais e debates públicos que antecederam a formulação da Constituição de 1988 (CALABRA, In: RUBIM e BARBALHO, 2011, p.299).

Com as mudanças nas políticas públicas culturais a partir de 2003, culminamos na aprovação do SNC e criação do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) e Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura. As principais atribuições dos conselhos, mencionadas anteriormente, passam agora a influenciar diretamente na formulação das políticas públicas, sendo seu parecer decisório. Mas a principal e mais importante mudança é sem dúvida em relação à composição dos conselhos, hoje necessariamente paritária e com efetiva participação da sociedade civil, deixando de ser um espaço apenas para notáveis,

intelectuais e especialistas, eliminando qualquer caráter mais elitista ou concepção de cultura como belas artes ou financiamento de projetos. Esta transformação é muito recente, e procura superar os antigos conselhos por meio de uma nova institucionalidade de gestão participativa e de efetivo controle social que atinja uma verdadeira democratização das políticas públicas (RUBIM, BRAZUELA, LEAHY, apud PONTUAL, 2008, In: RUBIM E BARBALHO, 2011, p. 127-128).

A questão da paridade se apresenta como uma tentativa de garantia de diálogo entre Estado e sociedade civil. Nesse sentido, retomando os discursos de Gilberto Gil, o ministro destaca a importância dos conselhos em seu discurso na posse dos conselheiros:

A instalação do Conselho expressa, a partir de hoje, a concretização de um entendimento, assumido pelo Ministério da Cultura, de que é impossível formular, executar, acompanhar e avaliar políticas públicas sem que os diferentes agentes, setores e regiões estejam reunidos para apresentar seus pontos de vista (MinC, 2007).

Em complemento, a respeito da participação da sociedade civil e igualdade de representação por meio do CNPC, Gustavo Vidigal, ex-secretário geral do CNPC defende que pela primeira vez na história do país, o CNPC incorpora de forma efetiva a sociedade no plenário em comparação ao Estado (RUBIM e BARBALHO, 2011, p.7).

Nesse aspecto, em 2010 o IBGE registrou a existência de 1.371 conselhos estruturados, sendo 1.158 considerados paritários, em um universo de 5.564 municípios brasileiros.

Em relação à composição dos colegiados setoriais do CNPC também acompanhando o conceito ampliado de cultura trazido por Gilberto Gil, o Decreto nº 5.520 de 24/08/2005 assegura que os colegiados devem contar com 13 representantes de áreas técnico-artísticas, que devem ser indicados pela sociedade civil nas áreas de artes visuais, música popular, música erudita, teatro, dança, circo, audiovisual, literatura livro e leitura, arte digital, arquitetura e urbanismo, design, artesanato e moda. Além deles, devem compor mais 7 representantes de áreas do patrimônio cultural: culturas afro-brasileiras, povos indígenas, culturas populares, arquivos, museus, patrimônio material e imaterial.

O processo de decisão como dito anteriormente, se dá por meio das Conferências de Cultura. No caso no CNPC, até o momento foram realizadas três, que demonstraram o quão impactantes são essas ações no que diz respeito à participação social na formulação das políticas públicas culturais. A I Conferência, realizada em 2005, teve como tema “Estado e

Sociedade: construindo as políticas de cultura”, na qual participaram 1.195 municípios e 60 mil pessoas de diversas áreas, representantes que aprovaram as principais propostas para o documento-base do Plano Nacional de Cultura.

Em 2010 foi realizada a II Conferência, que teve como principal objetivo o fortalecimento da participação social com destaque para necessidades locais. Dela participaram 3.216 municípios cujos representantes priorizaram 32 diretrizes para as políticas culturais, tais como: a ampliação do olhar sobre a perspectiva territorial da cultura; a Institucionalização do Sistema Nacional de Cultura; e a aprovação do Plano Nacional de Culturas e do Vale-Cultura. Aprovou ainda o encaminhamento de novas leis ao Congresso Nacional como a Lei Griô, a Lei do Cultura Viva, e a Lei de Direitos Autorais (MINC, 2013).

Já na III Conferência realizada em 2013, quando o SNC já estava aprovado e em andamento, o tema central foi “Uma política de Estado para a Cultura: desafios do SNC”. A última Conferência teve recorde de participantes, estiveram presentes ao todo 1.745 pessoas sendo 953 delegados, 162 convidados e 391 observadores (MINC, 2013). As discussões foram divididas em 4 eixos temáticos, que focaram na aprovação de diretrizes para os mesmos. Ao todo foram aprovadas 64 propostas para os eixos: implementação do SNC em todo o país, produção simbólica e diversidade cultural, cidadania e direitos culturais, e cultura e desenvolvimento.

A partir desses dados, notamos o quanto os municípios e estados têm se mobilizado em torno da participação nas políticas culturais, trazendo resultados práticos como o SNC e o PNC. Podemos concluir que dentro dos termos ideais e conceituais abordados, os Conselhos de Cultura criados a partir da gestão de Gilberto Gil, são uma importante conquista da sociedade civil no que diz respeito à participação social na formulação de políticas culturais. Diante do contexto e avanço das conquistas democráticas a criação de conselhos é fundamental para a concretização desse modelo de governo em nosso país.

Considerações finais

A partir da revisão bibliográfica e discursos realizada foi possível observar o quanto significativa foram as mudanças que Gilberto Gil promoveu no campo das políticas públicas culturais, principalmente a respeito da participação social. Nesse aspecto, os Conselhos de Cultura se apresentam como uma possibilidade de exercer a democracia também na área cultural, uma maneira de garantir aquilo que na Constituição Federal assumiu-se como forma de governo e os Direitos Culturais como um Direito Humano.

As políticas culturais iniciadas por Gilberto Gil romperam com um histórico de ausência, autoritarismo e instabilidade ao qual estavam submetidas desde 1930, quando foram as primeiras iniciativas no campo da cultura. Nesse contexto de instabilidade que o ministro assumiu a pasta, seu passo significativo foi encarar a cultura como todo modo de vida, e as políticas culturais compostas por dimensões não restritas à economia, mas simbólica e cidadã.

E foi justamente ao compreender que a cultura possuía tais dimensões que a formulação das políticas públicas passaram a ter como princípio a participação da população brasileira, como por exemplo, no Sistema Nacional de Cultura e Conselhos de Cultura que o compõe. O SNC além de todos os atributos citados anteriormente, possibilitou que o período de instabilidade pudesse ser superado, possibilitando que a cultura iniciasse sua institucionalização.

Políticas desse formato, em que se pressupõe além da participação social, a relação e corresponsabilidade dos governos federal, estadual e municipal, na qual a regulamentação é de responsabilidade federal e a execução compartilhada com estados e municípios são classificadas como reguladas e para Marta Arretche (Silva, 2012) apresentam maior possibilidade de diminuição das desigualdades sociais e econômicas, se comparadas àquelas em que as unidades subnacionais possuem autonomia de tomada de decisão e execução. Assim, o SNC apresenta-se como uma política pública com condições de regulamentar e institucionalizar a cultura, com vistas à garantia dos direitos culturais em igualdade entre as regiões.

O CNPC como parte do SNC, pode ser considerado um passo importante dado na esfera pública, e todas as decisões tomadas a partir de então uma conquista dos cidadãos, que até o momento estavam fora de qualquer discussão a respeito do tema. Tal conquista se torna perene, pois está atrelada ao SNC, ou seja, instituída por lei e executadas por todas as unidades subnacionais.

Em números, os conselhos vêm demonstrando que sua importância não retrocederá, pelo contrário, o número de participantes tem aumentado, a adesão dos municípios ao SNC crescido, e as propostas encaminhadas para a discussão nas Conferências Nacionais amadurecido e se fortalecido.

Por outro lado, a continuidade das reuniões e discussões ainda é um desafio que os conselhos têm encontrando, o que é natural no processo de vivência e amadurecimento da participação social na política, somos uma democracia jovem ainda. Outro desafio apontado pelos autores trabalhados neste artigo é a ampliação da representação dos conselhos, o que significa que a escolha dos conselheiros deve ser representativa e com efetiva participação dos agentes culturais do município, com vistas sempre à independência, continuidade das ações e com garantia do exercício dos direitos culturais.

Vale ressaltar ainda que o CNPC no âmbito do SNC não é o único exemplo de participação social na cultura advindo da gestão de Gilberto Gil. Logo no início de sua gestão foram realizados os Seminários Cultura para Todos, que tinham como objetivo identificar o cenário daquele momento e apontar caminhos e diretrizes para a reformulação da Lei Rouanet, além de diversas ações de consulta pública para programas como o Cultura Viva e Mais Cultura.

Em relação às políticas como um todo do Ministério da Cultura, embora tenhamos tido bons avanços, encontramos ainda grandes desafios. Apesar de o discurso ter mudado, base para que as políticas fossem feitas modificada, na prática ainda existem fortes entraves. Um exemplo disso é a reforma da Lei Rouanet, que está desde a gestão de Gil aguardando aprovação, e até hoje se mantém nos mesmos moldes de financiamento e beneficiando ainda uma pequena parte da população. A demora por uma mudança pode ser reflexo de outra problemática enfrentada pela cultura, de que ela ainda não é uma prioridade não só para o Estado, mas para toda a população, a

discussão sobre investimentos de todas as naturezas ainda não colocam a cultura na pauta, demonstrando que o conceito de cultura e sua importância para o desenvolvimento humano, social e econômico não foram absorvidos pelas demais pastas do governo nem pela população. Esse ainda é, portanto, um enorme desafio a ser superado, pois enquanto esse entendimento não for percebido e apropriado no discurso e interesse dos brasileiros, de nada adiantará que os processos sejam participativos.

Mas hoje, mesmo sob novas gestões e com todas as dificuldades orçamentárias e políticas, o Ministério deu continuidade a muitas mudanças propostas por Gil. O Sistema e Plano Nacional de Cultura está em vigor, o Vale Cultura aprovado e iniciando sua utilização nos aparelhos culturais do Brasil, e que cada vez mais a sociedade se interesse em viver, respirar, compartilhar, ser a identidade da cultura brasileira.

As propostas nos inspiram a manter uma militância na área, lutando por uma cultura de fato participativa, acessível, interessante, e principalmente, nossa.

“Falamos de cultura como o eixo construtor de nossa identidade, espaço de realização da cidadania, dimensão simbólica e lúdica da existência social brasileira. Cultura como síntese do Brasil” Gilberto Gil.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Maurício. *Cultura pela Palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura 2003-2010/ Gilberto Gil e Juca Ferreira*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

BOTELHO, Isaura. *As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas*. São Paulo em Perspectiva, 15, 2001. Disponível em Acessado em 29 de maio de 2014.

BOTELHO, Isaura; FIORE, Maurício. *O uso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo*. Trabalho apresentado ao VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, celebrado de 16 a 18 de setembro de 2004, em Coimbra - Portugal. Disponível em: <http://culturaempauta.com.br/wp-content/uploads/2009/10/O-Uso-do-TempoLivre-e-as-Praticas-Culturais-Isaura-Botelho.pdf>. Acessado em: 10 out. 2010.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural: o direito à cultura*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

FUNDAÇÃO KONRAD ADANAUER. *Participação cidadã: novos conceitos e metodologias*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004. Disponível em <http://peacampodepolvo.files.wordpress.com/2013/08/participac3a7c3a3o> Acesso em 31 de maio de 2014.

GRUMAN, Marcelo. *Nem tanto ao céu, nem tanto a terra: limites e possibilidades da lei de incentivo fiscal à cultura*. Disponível em <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/02/artigo-de-marcelogruman.pdf> Acessado em maio de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Sistemas de Informação e Indicadores Culturais*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 2007.

MANEVY, Alfredo. *Dez mandamentos do Ministério da Cultura nas gestões Gil e Juca*. Cadernos CENPEC, 2007, n.7. Disponível em <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/65/80> Acessado em 20 de agosto de 2013.

MINC, Ministério da Cultura. *Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional*. Brasília, 2003. Disponível

em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/01.01.2003-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-a-cerimonia-de-posse/view> Acessado em 31 de maio de 2014.

MINC, Ministério da Cultura. *Caderno “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura”*. 2ª Ed. revista e atualizada. Brasília, 2008.

MINC, Ministério da Cultura. *Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília, 2011.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Encontro reuniu 1,7 mil participantes, sendo a maioria homens*. Brasília, 2013. Disponível em http://www.cultura.gov.br/destaque-3cnc/-/asset_publisher/gTPxnPS4SDbT/content/encontro-reuniu-1-7-mil-participantes-sendo-a-maioria-homens/10907?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cultura.gov.br%2Fdestaque-3cnc%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_gTPxnPS4SDbT%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_sate%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3D_118_INSTANCE_bQJckHIQBK93__column-1%26p_p_col_count%3D1 Acessado em 01 de junho de 2014.

MINISTÉRIO DA CULTUA. *Resultado da plenária final da III CNC*. Brasília, 2013. Disponível em http://cncvirtual.culturadigital.br/wp-content/uploads/sites/6/2013/12/Propostas_Aprovadas_III-CNC.pdf Acessado em 02 de junho de 2014.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. *Cultura Neoliberal: leis de incentivo como políticas públicas de cultura*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

POGREBINSCHI, Thamy. *Participação social como método democrático de gestão: o governo Lula e as políticas públicas participativas*. LED Análises n °1 – outubro/ novembro de 2011. Disponível em http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pogrebinschi_thamy_participacao_social_metodo_democratico_gestao.pdf Acesso em 01 de junho de 2014.

PORTAL BRASIL. *Brasília será sede da Conferência Nacional de Cultura*. Brasília, 2013. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cultura/2013/10/brasilia-ira-sediar-a-iii-conferencia-nacional-de-cultura> Acessado em 01 de junho de 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais no Brasil: tristes tradições*. Revista Galaxia, São Paulo: n. 13, jun. 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos*. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.31, n.1, p. 183-203, jan./jun. 2008. Disponível em Acesso em 31 de maio de 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (Org.). *Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura*. 2ª ed. Salvador: Edufba, 2011.

SILVA, Adélia Cristina Zimbrão. *Relações federativas e arranjos institucionais intergovernamentais: o Sistema Nacional de Cultura*. VIII Enecult – Políticas Culturais no Brasil: questões contemporâneas. Salvador: UFBA, 2012.

SOTO, Cecilia Vásquez. *Papel e atuação do CNPC na atual dinâmica cultural*. Políticas culturais: teoria e práxis. Disponível em Acessado em 29 de maio de 2014.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. *Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WILLIAMS Raymond. *A Cultura é de Todos*. 1958.

RIDENTI, Marcelo. Resenha de: CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. Revista Crítica Marxista São Paulo, Boitempo, v.1, n. 15, p. 151-154, 2002. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/resenha76resenha1.pdf Acessado em 25 de julho de 2014.